

Cresce em todo o Brasil a campanha pela redução da jornada



Em 2008, o Sisejufe intensifica a luta pela jornada de trabalho de 6 horas e aproveita a discussão nacional, promovida pelas centrais sindicais, em especial pela CUT. Há exatos 20 anos, na Constituição de 1988, foi aprovada a última redução da jornada de trabalho, que passou de 48 para 44 horas semanais. O debate hoje é sobre a redução da jornada máxima de 44 para 40 horas semanais, conforme anteprojeto do senador Paulo Paim (PT-RS).

O Sisejufe é solidário à luta pela redução da jornada máxima para 40 horas, mas entende que a bandeira mais avançada e que une todas as categorias é a da jornada de

trabalho de 6 horas. O Sisejufe estará integrado na campanha nacional, mas vai continuar a erguer a bandeira prioritária das 30 horas semanais. Para isto estamos preparando uma série de assembleias nas portas de todos os tribunais e um Seminário sobre Redução da Jornada de Trabalho, para tornar essa luta central em nosso dia-a-dia e conjugá-la com o nosso plano de carreira.

O Regime Jurídico Único (RJU), reformado no governo Lula, possibilita a diminuição da jornada de trabalho. Antes a jornada era única, de 8 horas diárias. Hoje ela varia de um mínimo de 6 a um máximo de 8 horas, de acordo com a re-

gulamentação de cada órgão. A decisão do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) dá autonomia aos tribunais para regular suas jornadas e abre caminho para a luta pela redução. Precisamos entender que a luta, todavia, não é jurídica e não será com ações judiciais que conseguiremos a redução da jornada. Como cada tribunal tem autonomia, só a pressão política dos trabalhadores fará com que os presidentes de cada órgão aceitem reduzir a jornada. Portanto, o servidor é o responsável direto por conseguir a redução da sua jornada. Participe das lutas indo às assembleias do seu local de trabalho. Quem sabe faz 6 horas, não espera acontecer!

Mentiras sobre a Redução da Jornada

- 1 Com a redução da jornada se reduz o salário.**
- 2 Perderemos nosso auxílio-alimentação.**
- 3 Com a redução cai a produtividade.**

Não há nenhum caso no âmbito do Poder Judiciário em que a redução da jornada tenha sido acompanhada de redução de salário. Os sindicatos e a Fenajufe simplesmente não discutem esta possibilidade, não há qualquer possibilidade de aceitarmos uma proposta como esta. Ao contrário, a redução da jornada de trabalho aumenta o salário por hora.

Nenhuma categoria que tenha conseguido a redução da jornada de trabalho perdeu o auxílio-alimentação. Nos Tribunais em que se fez a redução o auxílio-alimentação ficou inalterado. Não existe ligação legal entre horas trabalhadas e auxílio alimentação. Os sindicatos e a federação jamais pensaram em usar o auxílio alimentação como moeda de troca.

Isto chega a ser risível. Na verdade dá-se o oposto. Com a redução há uma acentuada melhoria na qualidade de vida, menos doenças ocupacionais como LER/Dort e as resultantes de estresse e do assédio moral. Com tudo isto a produtividade aumenta ao passo em que diminuem os prejuízos com funcionários doentes física e mentalmente.

Verdades sobre a Redução da Jornada

- 1 Redução da jornada melhora a qualidade de vida**
- 2 Melhor atendimento e garantia de empregos**

A redução da jornada de trabalho aumenta a qualidade de vida, o tempo com a família, o tempo para estudos e aperfeiçoamento, o tempo de descanso e lazer.

Diminuindo o número de doentes, caem os custos da empresa com saúde laboral. Por conta disto, a diminuição da jornada é benéfica para os trabalhadores e para a produtividade da empresa.

A redução da jornada, casada com uma dupla jornada de atendimento à população, melhora a qualidade do serviço público, a imagem que temos na sociedade e abre novos postos de trabalhos para trabalhadores desempregados. É um benefício para toda a sociedade, além de aumentar o valor da hora trabalhada, já que, com o mesmo salário, se compram menos horas de trabalho.

CONVOCATÓRIA

Assembléia Geral

5 de março, quarta-feira, 12h

Pauta: Eleição de delegados para a XIV Plenária Nacional da Fenajufe, em Recife (PE)

Local: em frente à Justiça Federal da av. Rio Branco

Critério de participação: o servidor precisa ser filiado ao Sisejufe

LEIA TAMBÉM

TRE responde à matéria sobre orçamento.

página 5

Conheça o Calendário de Lutas de 2008.

página 7

A imprensa sindical

Diante de uma certa confusão com informações distribuídas por e-mail com opiniões distintas das veiculadas pela nossa imprensa sindical, o Departamento de Imprensa do Sisejufe esclarece: as informações oficiais, que representam a opinião da direção colegiada do sindicato, são veiculadas nos nossos veículos de comunicação. O Sisejufe publica mensalmente o jornal Contraponto e a Idéias em Revista, eventualmente o Boletim Fique por Dentro, e diariamente atualiza as informações no portal de internet (<http://sisejuferj.org.br>). Informações, comentários e sugestões de diretores do sindicato ou de filiados que sejam distribuídas por meio eletrônico ou impresso constituem a opinião pessoal do subscritor.



Sisejufe esclarece a situação do reenquadramento

PCS3 JE, JT e Justiça Militar têm atrasados a receber

O reenquadramento é o previsto no PCS3 e se refere aos servidores que fizeram concurso entre 1994 e 1996, mas tomaram posse após dezembro de 1996, data do PCS1. Tais servidores não foram beneficiados pelo famoso "arrastão", que levou todos os servidores até o fim da carreira. Os servidores que fizeram concurso entre 1994 e 1996 e entraram a partir de janeiro de 1997 têm direito a ascensão funcional, retroativa à data da posse, em cada caso, diferenciados os cargos. Os técnicos judiciários recebem 6 referências (saem do A11 e vão para o chamado B17) e os analis-

tas judiciários saem do A11 e vão para o A14. Servidores que fizeram concurso após dezembro de 1996 não tem direito a esta ascensão, já que ela foi vedada no próprio PCS1.

No Rio de Janeiro, os servidores da Justiça Federal de Primeira Instância e do TRF já receberam o reenquadramento e os valores relativos, portanto, não têm atrasados a receber já que uma decisão administrativa do TRF2, em 2001, os elevou e mandou pagar os valores, de acordo com o que agora reza o PCS. Posteriormente, o CJF revogou a decisão administrativa, mas os

advogados do Sisejufe conseguiram manter o status quo, através de liminar, em quase todos os casos. Neste meio tempo o Sisejufe sugeriu à Fenajufe que resolvesse o caso através do PCS3, este foi aprovado e a situação dos servidores foi regularizada.

No Rio de Janeiro, portanto, somente servidores da Justiça Eleitoral, Militar e do Trabalho teriam atrasados a receber. O que está sendo pago, por ora, é a da Justiça Federal. TRE e TRT prometeram, através dos Tribunais Superiores, regularizar completamente o pagamento dos atrasados este ano.

Sindicato convoca para sessão sobre cargos

TRT Luta é contra extinção de funções

No próximo dia 21 de fevereiro, às 9h, acontece a sessão do órgão Especial do Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região.

Entre os processos em pauta, estará o RPA 01163-2007-000-01-00-9, impetrado pelo Sisejufecom o objetivo de suspender os efeitos da Resolução Administrativa nº 04/2007, de 05 de fevereiro de 2007, que declara em processo de extinção as especialidades da Carreira de Técnico de operador de computadores, carpintaria e marcenaria, artes gráficas, telecomunicações e eletricidade, mecânica, programa-

dor e transporte e segurança. A referida Resolução estabelece, no seu artigo 2º, que "as especialidades colocadas em extinção serão objeto de terceirização, mediante a substituição gradativa por empresas contratadas, de modo que, no interesse da Administração, as atividades não sofram solução de continuidade."

O sindicato estará representado por um diretor e um advogado designados para acompanhar a votação e solicita que todos os servidores do Judiciário que tenham condições compareçam à sessão.

SISEJUFE: Filiado à FENAJUFE e à CUT

SEDE: Av. Presidente Vargas 509/11º andar Centro – Rio de Janeiro – RJ – CEP 20071-003

TEL./FAX: (21) 2215-2443

PORTAL: <http://sisejuferj.org.br>

ENDEREÇO: imprensa@sisejuferj.org.br

DIRETORIA: André Gustavo Souza Silveira da Silva, David Batista Cordeiro da Silva, Dulavim de Oliveira Lima Júnior, Flávio Braga Prieto da Silva, João Ronaldo Mac-Cormick da Costa, Leonor da Silva Mendonça, Lucilene Lima Araújo de Jesus, Márcio de Souza Marques, Nilton Alves Pinheiro, Otton Cid da Conceição, Renato Gonçalves da Silva, Ricardo de Azevedo Soares, Roberto Ponciano Gomes de Souza Júnior e Valter Nogueira Alves. **ASSESSORIA POLÍTICA:** Márcia Bauer.

REDAÇÃO: Henri Figueiredo (MTb 3953/RS) – Max Leone (MTb 18.091) – Bianca Rocha (Estagiária de Jornalismo) – **DIAGRAMAÇÃO:** Deisedóris de Carvalho – **ILUSTRAÇÃO:** Latuff – **CONSELHO EDITORIAL:** Roberto Ponciano, João Mac-Cormick, Henri Figueiredo, Max Leone, Márcia Bauer, Valter Nogueira Alves, Nilton Pinheiro. **EDIÇÃO:** Henri Figueiredo.

As matérias assinadas são de responsabilidade exclusiva dos autores. As cartas de leitor estão sujeitas a edição por questões de espaço. Demais colaborações devem ser enviadas em até 2 mil caracteres e a publicação está sujeita a aprovação do Conselho Editorial. Todos os textos podem ser reproduzidos desde que citada a fonte.



Impresso em
Papel Reciclado,
8 mil exemplares

Tribunais Superiores não definem cortes

Dinheiro Público

Para compensar fim da CPMF, obras do Judiciário podem ser interrompidas

Max Leone*

A presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministra Ellen Gracie, ainda não definiu a data da reunião com os presidentes dos Tribunais Superiores para determinar os cortes no Orçamento de 2008 do Poder Judiciário Federal. Mesmo com o anúncio da terceira reestimativa de receitas feita pelo senador Francisco Dornelles (PP-RJ), coordenador do comitê de receitas da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, na segunda-feira, 11 de fevereiro, continua a indefinição sobre a tesourada que será dada nos recursos do Judiciário e que pode resultar na suspensão de obras espalhadas por todo o país. Os magistrados aguardam os números de Dornelles para só então apresentar uma nova proposta, de acordo com as expectativas de arrecadação para 2008.

Segundo Dornelles, o governo perdeu R\$ 37,96 bilhões com a queda da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF) e ganhou R\$ 10,5 bilhões com o aumento de impostos determinado pelo governo após o fim da CPMF – reajuste do IOF e da CSLL dos bancos. Assim, faltariam R\$ 2,7 bilhões para fechar as contas do Orçamento de 2008.

O relator-geral do projeto de Orçamento na Câmara, deputado José Pimentel (PT-CE), informou que fechará seu relatório depois que os chefes dos poderes apresentarem proposta de cortes. Segundo o parlamentar, caberá à presidente do STF, ministra Ellen Gracie, ao ministro do Planejamento, Paulo Bernardo, e ao presidente da Câmara, Arlindo Chinaglia (PT-SP), indicar quais cortes serão efetivados. O Pimentel pretende apresentar o relatório nos próximos dias. O deputado não descarta adiar os acordos do governo de au-

mento para servidores federais.

O primeiro encontro entre os presidentes de tribunais e a presidente do STF ocorreu no dia 15 de janeiro. Na ocasião os presidentes discutiram a recomendação do governo federal de cortar gastos para compensar as perdas da União com o fim da CPMF. Os presidentes dos tribunais confirmaram que o Judiciário vai participar do esforço dos Três Poderes no sentido de adequar seus orçamentos. No dia 15 de janeiro, a ministra já havia pedido aos presidentes que analisassem quais projetos, em suas respectivas cortes, poderiam ser adiados ou mesmo readequados financeiramente, uma vez que pode acontecer, no decorrer do ano, complementação orçamentária. Ellen Gracie frisou que qualquer corte ou readequação orçamentária que venha a ocorrer não deve prejudicar a perspectiva de melhoria da prestação dos serviços da Justiça e nem a ampliação do acesso ao Judiciário para o cidadão.

Enquanto os tribunais não definem o que vão cortar, continua em andamento uma série de obras polêmicas como a da nova sede do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), em Brasília. Estima-se que os gastos com a construção devem ultrapassar a soma de R\$ 335 milhões, com R\$ 80 milhões só no primeiro ano de execução. Em outubro de 2007, o Ministério Público Federal de Brasília entrou com ação civil pública para o embargo da obra. O procurador Rômulo Moreira Conrado, autor do processo, informou que a ação está na 6ª Vara Federal de Brasília, desde 7 de janeiro.

Conrado também ajuizou um novo processo, desta vez contestando a construção do prédio do Tribunal Regional Federal (TRF) da 1ª Região (Brasília), o que num primeiro momento custará mais de



Foto: Leonor Costa/ Fenajufe

Obra milionária: nova sede do TSE está entre as obras que deverão sofrer cortes

R\$ 15 milhões. “Agora espero ter melhor sorte na distribuição”, disse o procurador à reportagem do Contraponto. A proposta do governo de cortes do orçamento atingirá os Três Poderes.

No entanto, o Judiciário é o que tem mais a perder, em se tratando de obras. De um total de R\$ 598,7 milhões previsto para serem investidos, podem ser cortados R\$ 312,9 milhões. Por outro lado, o Legislativo teria de abrir mão de R\$ 185,8 milhões e o Executivo cerca de R\$ 100 milhões. Do montante destinado à Justiça estão previstos, entre outras des-

pesas, R\$ 3,1 milhões para reforma da sede da Justiça Federal do Rio de Janeiro; R\$ 80 milhões destinados ao primeiro ano dos trabalhos para levantar a nova sede do TSE; R\$ 26,5 milhões para construir novos cartórios eleitorais em todo o país; R\$ 7,1 milhões destinados à nova sede do Tribunal Regional Eleitoral (TRE) do Rio Grande do Norte; R\$ 2 milhões para o anexo do edifício-sede do TRE do Distrito Federal; R\$15 milhões para a sede do Conselho Nacional de Justiça (CNJ); R\$ 15 milhões, com mais R\$ 2 milhões em emendas, para a sede do TRF de Brasília; outros R\$ 9 mi-

lhões para o edifício-sede da Justiça Federal de Florianópolis (SC); mais R\$ 9 milhões para a sede em Novo Hamburgo (RS).

A lista continua com os R\$ 3,4 milhões para reformar o Fórum de Execuções Fiscais de São Paulo; R\$ 3,1 milhões para reforma do edifício-sede do Tribunal Regional Federal (TRF) da 3ª Região (São Paulo); e, por fim, R\$ 14,9 milhões para construção do edifício-sede do Tribunal Regional do Trabalho (TRT) do Espírito Santo.

*Da Redação.

Valores previstos para obras no Poder Judiciário

Reforma da sede da Justiça Federal do Rio de Janeiro	R\$ 3,1 milhões
1º ano de execução da obra da nova sede do TSE, em Brasília	R\$ 80 milhões
Novos cartórios eleitorais em todo o país	R\$ 26,5 milhões
Nova sede do TRE do Rio Grande do Norte	R\$ 7,1 milhões
Anexo do edifício-sede do TRE do Distrito Federal	R\$ 2 milhões
Sede do Conselho Nacional de Justiça (CNJ)	R\$ 15 milhões
Sede do TRF de Brasília	R\$ 15 milhões
Edifício-sede da Justiça Federal de Florianópolis (SC)	R\$ 9 milhões
Sede da Justiça Federal em Novo Hamburgo (RS)	R\$ 9 milhões
Reforma do Fórum de Execução Fiscais de São Paulo	R\$ 3,4 milhões
Reforma do edifício-sede do TRF da 3ª Região (São Paulo)	R\$ 3,1 milhões
Construção do edifício-sede do TRT do Espírito Santo	R\$ 14,9 milhões

O plano de saúde e o princípio da solidariedade

Sindicais Sisejufe optou por convênio de abrangência nacional que favorece a maioria

Max Leone*

Ter plano de saúde no Brasil, hoje é um mal necessário. Com a falência do sistema público de saúde, fruto da política de descaso que os governos promoveram nos últimas décadas, o trabalhar que quiser ter a segurança de um atendimento médico rápido se vê obrigado a arcar com um convênio particular. Por conta disso, o Sisejufe firmou convênio com uma operadora, mesmo não sendo o principal objetivo do sindicato – uma entidade de defesa dos direitos e interesses da categoria, de luta por melhores salários, pela redução da jornada, e de combate ao assédio moral, por exemplo. A partir de uma solicitações constantes da categoria, o sindicato fez contrato coletivo com a Unimed.

O Sisejufe optou por um plano nacional para atender também a cerca de 800 aposentados filiados, pois grande parte desses inativos e pensionistas não mora no Estado do Rio de Janeiro. Além disto, cobre dependentes e agregados, além de vários servidores fora do estado como em Minas Gerais, Goiás, São Paulo, Espírito Santo, Ceará e Tocantins. O fato de o plano ter cobertura nacional, leva o contrato a ser mais caro do que o de cobertura regional, por exemplo.

“Essa parte de convênios que o sindicato faz é uma secundária. É uma benesse a mais que ajuda, inclusive, com as filiações que agrega, a financiar as lutas principais da entidade. Nada temos contra fazer convênios, de todo e qualquer tipo, desde que não firam a ética, mas não é este o norte do sindicato e as pessoas não devem

O Sisejufe optou pelo plano nacional para atender a cerca de 800 aposentados filiados, pois grande parte desses inativos e pensionistas já não mora no Estado do Rio de Janeiro. Além disto, o nosso plano cobre dependentes e agregados.

se filiar ou se desfiliar do sindicato por conta disto, mas sim para que o sindicato possa levar em frente a luta por nossos direitos”, defende Roberto Ponciano, diretor do Sisejufe.

Apesar disso, é comum que o sindicato receba alguns e-mails contendo reclamações a respeito do convênio. Os que reclamam, em geral, são jovens, solteiros, sem filhos a colocar no plano e sem agregados ou dependentes idosos. Neste caso, e somente neste caso, o plano de saúde individual seria vantajoso. O cálculo do plano de saúde coletivo é mais complexo. Os vários grupos interagem para equilibrar o sistema, assim o plano do sindicato fica, comparativamente, mais barato para os servidores idosos. De acordo com o diretor Roberto Ponciano, não há reclamações do preço do plano de saúde advindas de servidores casados, com filhos, gestantes, idosos, ou com pais beneficiados pelo plano de saúde.

“Planos individuais, em geral, não dão cobertura nacional. Quando dão, ficam o mesmo preço ou até mais

caros que os coletivos. No plano coletivo não abrimos mão do princípio da solidariedade. Se optasse por um individual, seria bom para uma minoria, mas prejudicaria todo o restante. Como o sindicato se rege pela solidariedade e democracia, enquanto houver plano de saúde, optaremos pelo cobertura coletiva e solidária”, explica Ponciano.

O diretor do Sisejufe lembra que por conta da sinistralidade, o Tribunal Regional do Trabalho do Rio (TRT-RJ) e a Justiça Federal excluíram os agregados dos seus planos de saúde. Foi uma estratégia para baixar os custos do convênio. Um expediente que, por princípio, o sindicato não pode usar. Ponciano ressalta que não há a mínima chance de se excluir os idosos e as gestantes, por exemplo. “Não podemos excluir doenças pré-existentes, temos de ser solidários. Não podemos criar planos de saúde individuais alternativos que inviabilizem o plano coletivo. Se o sindicato, por exemplo, retirasse todos os jovens do plano de saúde coletivo, para baixar os pre-

ços somente para este grupo, o preço do plano de saúde coletivo para os idosos iria estourar e inviabilizar a presença deles no convênio”, explica.

Na avaliação de Ponciano, o sindicato vai defender sempre o princípio da previdência solidária e ser contrário à reforma da Previdência que os governos FHC e Lula promoveram. O Sisejufe

Não podemos criar planos de saúde individuais alternativos que inviabilizem o plano coletivo. Se o sindicato, por exemplo, retirasse todos os jovens do plano de saúde coletivo, para baixar os preços somente para este grupo, o preço do plano de saúde coletivo para os idosos inviabilizaria a presença deles no convênio.

quer é a criação de regras universais de previdência pública, tanto para o servidor público, quanto para o trabalhador da iniciativa privada, de forma que o sistema se sustente solidariamente e que em lugar de se restringir, amplie direitos.

“Ao invés de aumentar a idade e diminuir o valor das aposentadorias do servidor público, com a previdência universal, o objetivo é dar a previdência integral para qualquer trabalhador e que a contribuição conjunta, mais a tributação do lucro das empresas torne o sistema viável. Assim, o trabalho dos ativos e a taxação das empresas financiam as aposentadorias de todos e as pensões de viúvas, deficientes, um sistema solidário e humanista. Se tivéssemos um sistema de previdência solidária consolidado e funcionando, não precisaríamos de plano de saúde, já que correremos para a saúde privada porque o Estado não cumpre seu papel de maneira digna na gestão do SUS”, defende Ponciano.

*Da Redação.

Sisejufe ingressa com ação coletiva para reajustes

Em dezembro, o Sisejufe entrou com uma ação coletiva para o reajuste da VPNI dos quintos, das CJs de 1 a 4, antigas FCs de 6 a 9. Entramos com uma ação coletiva, com o sindicato como substituto processual, sobre o fato de ser uma ação de êxito incerto, o que geraria dezenas de honorários de sucumbências em ações individuais. Com a ação coletiva, se o Sisejufe for vencedor, todos os filiados serão beneficia-

dos como substitutos processuais. Caso o Sisejufe seja derrotado, o sindicato arca sozinho com os honorários de sucumbência. A ação não abrange os servidores que recebem e têm incorporados as FCs de 1 a 5, já que estas não tiveram aumento no PCS3. A base do questionamento legal do pedido de aumento é que as CJs foram aumentadas no PCS, CJs que foram a base geradora destas VPNIs, enquanto as VPNIs ficaram conge-

ladas. Já as FCs não sofreram aumentos, apenas o percentual de opção, levando a que uma parte maior das FCs de 1 a 5, que continuaram congeladas, entrem no salário dos ativos. Portanto, não havia base para pedido de aumento para estas FCs, já que seu fato gerador continuou inalterado. Qualquer novidade no andamento da ação será noticiado nos veículos da nossa imprensa.

Com o debate aberto

Direito de Resposta TRE responde à matéria do Contraponto sobre a Execução Orçamentária

Liliana Moreira Pereira*

Tendo em vista o direito de resposta concedido a este Tribunal pelo Sindicato dos Servidores das Justiças Federais no Estado do Rio de Janeiro (Sisejufe) por meio do Ofício nº 456/2007, relacionado à matéria do senhor Max Leone, "Com o cofre fechado", veiculada em novembro de 2007 pelo jornal Contraponto (Ano 1 – nº 4), à página 5 (cinco) do mesmo; venho em nome deste Tribunal solicitar sejam publicados os seguintes dados:

"Em resposta à matéria 'Com o cofre fechado' veiculada na edição anterior deste periódico, a qual tratava da execução orçamentária dos tribunais, faz-se mister esclarecer algumas informações ali contidas concernentes à gestão orçamentária do Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro, com o intuito de melhor informar os representantes do jornal Contraponto, bem como seus leitores.

Afirmou-se naquele texto, de autoria do senhor Max Leone, que o treinamento dos servidores eleitorais "fica a desejar" por terem sido gastos apenas 49,01% das verbas destinadas à capacitação de pessoal.

Entretanto, o estudo pelo qual se baseou a matéria, realizado pelo economista Washington Luiz Moura Lima, o qual fundou-se em levantamento feito no dia 02 de outubro de 2007, omitiu-se em mencionar a que tipo de verba se referia o supramencionado percentual, se a empenhada, a liquidada ou a paga.

Sendo assim, passamos a expor alguns dados sobre a Capacitação de Recursos Humanos do TRE, tendo por base a dotação orçamentária do mês de setembro do ano passado, a saber: dotação Inicial de R\$ 661.000,00 (seiscentos e sessenta e um mil reais), tendo sido empenhado, liquidado e pago, até o cita-

do mês, respectivamente, 61,07%, 47,84% e 47,84%.

Informo, ainda, que o saldo em 20/11/07 constante neste Tribunal para Capacitação de Recursos Humanos era de R\$ 5.190,62 (cinco mil cento e noventa reais e sessenta e dois centavos), descontados os valores que se encontravam necessariamente empenhados para fins de programas de capacitação em curso ou a iniciar ainda no exercício de 2007, o que representa menos de 1% do total da dotação para aquele fim, considerando-se a dotação inicial de R\$ 661.000,00 (seiscentos e sessenta e um mil reais).

Relatou-se também, naquela reportagem, que a Justiça Eleitoral do Rio de Janeiro "utilizou apenas 43,11% do orçamento previsto para 2007", ou seja, menos da metade da dotação inicial.

Ainda com embasamento na do-

tação orçamentária do mês de setembro, esclarecemos que a dotação inicial geral do exercício de 2007 foi de R\$ 209.822.607,00 (duzentos e nove milhões e oitocentos e vinte e dois mil seiscentos e sete reais), dos quais 95,16%, 77,30% e 77,30% correspondem, nesta ordem, ao empenhado, liquidado e pago até o mês de setembro.

A partir dessas breves considerações esperamos que possam ser dirimidas as controvérsias levantadas pelo jornal sindical Contraponto a respeito da administração orçamentária do TRE-RJ, que busca a eficiência e a transparência no seu atuar, seja externamente junto ao eleitorado do estado, seja internamente com relação a seus servidores."

*Secretária de Gestão de Pessoas do TRE-RJ em Ofício SGP nº 006/08 Rio de Janeiro, 15 de janeiro de 2008.

Economista contratado pelo sindicato dá esclarecimentos

Washington Luiz Moura Lima*

1) Os dados utilizados para realização do estudo "Execução Orçamentária do TRE-RJ em 02 de outubro de 2007", foram extraídos do Banco de Dados "Execução Orçamentária e Financeira da União de 2007" elaborado pela Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira da Câmara dos Deputados e pelo Prodasen do Senado.

2) O referido estudo enviado para o Sisejufe estava baseado na execução orçamentária de 2007 em 02 de outubro de 2007. Foram considerados os valores da Dotação Inicial (Lei Após Vetos), dos Créditos mais Remanejamentos, do Autorizado (Lei mais Créditos), do Empenhado, Liquidado e Pago. Para efeitos comparativos da execução foram utilizados os valores orçamentários do Autorizado e do Liquidado.

3) Assim, naquela data, o Tribunal, entre os valores Liquidados e os valores Autorizados apresentava margem no orçamento nos Projetos/Atividade abaixo. Por exemplo, para o GND 3 e 4 do Projeto/Atividade Gestão e Administração do Programa (Administração de Unidade*), havia sido Liquidado R\$ 6,5 milhões do orçamento, quando a dotação Autorizada de gastos era de R\$ 15,1 milhões. Ou seja, estavam liquidados 43,11% do total, quando em 02 de outubro o percentual ideal de execução era de 75,34%, percentual que equivale a 275 dias em 365 dias do ano. Dessa forma, existia uma diferença para o aumento e/ou aceleração do ritmo dos montantes a serem liquidados de 32,24%.

Observe-se abaixo, os valores Autorizados e Liquidados desse e de outros Projetos/Atividades:

4) A demonstração dos percentuais dos montantes Liquidados tem a finalidade de alertar no sentido de que se não houver uma aceleração dos valores Liquidados, ou a realização de remanejamentos, poderá não haver a execução total do orçamento. Tal preocupação se deve ao fato de que o Poder Judiciário Federal, tem grandes passivos com seus servidores, bem como, há reivindicações dos Sindicatos dos Servidores no sentido de aumentar os benefícios sociais, tais como Auxílio Alimentação, Auxílio Creche e Assistência Médica e Odontológica. Dentre as medidas para aproximar o valor Liquidado do percentual ideal, além da aceleração dos valores Liquidados, pode-se fazer remanejamentos, para outros Projetos/Atividade, dentro dos limites e de acordo com a

Lei Orçamentária Anual. Entre eles os dos benefícios sociais e para pagamento de pessoal.

5) Ainda em 02 de outubro, por exemplo, para o Projeto/Atividade Capacitação de Recursos Humanos, que tem uma dotação Autorizada de gastos de R\$ 661 mil, haviam sido Liquidados R\$ 323 mil, sendo a diferença entre o que foi Liquidado e o que está Autorizado é de R\$ 337 mil. E, entre o que foi Pago e o que está Autorizado a diferença é de R\$ 344 mil. Na comparação dos valores Empenhados, que era de R\$ 409 mil, naquela data, ou seja, havia ainda R\$ 251 mil, a serem empenhados, demonstrando ainda que estava abaixo do que poderia ser considerado no Estudo, ideal, para a data.

*Economista

TOTAL DO ORÇAMENTO COM ADMINISTRAÇÃO, BENEFÍCIOS SOCIAIS E CAPACITAÇÃO DE RH					
Projeto/Atividade	Autorizado	Liquidado	% Liquidado	% Ideal	Diferença %
Administração de Unidade*	15.114.598	6.515.271	43,11%	75,34%	32,24%
Assistência Médica e Odont aos Serv, Emp e seus Dep	2.705.931	1.753.792	64,81%	75,34%	10,53%
Assistência Pré-Escolar aos Dep dos Serv e Empr	1.322.128	821.513	62,14%	75,34%	13,21%
Auxílio-Transporte aos Servidores e Empregados	432.268	282.195	65,28%	75,34%	10,06%
Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados	7.577.669	5.142.098	67,86%	75,34%	7,48%
Capacitação de Recursos Humanos	661.000	323.937	49,01%	75,34%	26,34%
Total Despesas deste Grupo	27.813.594	14.838.806	53,35%	75,34%	21,99%

*Obs: Administração de Unidade – refere-se ao GND 3 – Outras Despesas Correntes e GND 4 – Investimentos do Projeto/Atividade denominado Gestão e Administração do Programa. São despesas Administrativas do Tribunal e parte dos Investimentos.

Projeto/Atividade	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago
Pagamento de Aposentadorias e Pensões	86.829.821	86.829.821	70.734.817	70.734.817
Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais	11.596.876	11.596.876	9.293.639	8.354.838
Ampliação de Prédio para Armazenamento de Urnas Eletrônicas no Rio de Janeiro - RJ	1.170.000	942.454	316.868	316.868
Construção do Edifício-Sede do Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro - RJ	2.864.000	-	-	-
Administração de Unidade*	15.114.598	10.767.733	6.515.271	6.073.886
Assistência Médica e Odontológica aos Serv, Emp e Dep	2.705.931	2.342.239	1.753.792	1.753.782
Assistência Pré-Escolar aos Dep dos Serv e Emp	1.322.128	1.286.941	821.513	821.513
Auxílio-Transporte aos Servidores e Empregados	432.268	381.861	282.195	282.195
Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados	7.577.669	6.817.869	5.142.098	5.142.098
Gestão e Administração do Programa* (Pgo Pessoal Ativo)	78.388.316	78.388.316	67.472.051	67.472.051
Capacitação de Recursos Humanos	661.000	409.613	323.937	316.974
Construção de Cartórios Eleitorais	160.000	-	-	-
Aquisição de Imóveis para Cartórios Eleitorais	1.000.000	-	-	-
Total	209.822.607	199.763.423	162.656.181	161.269.010

*Obs: Administração de Unidade – refere-se ao GND 3 – Outras Despesas Correntes e GND 4 – Investimentos do Projeto/Atividade denominado Gestão e Administração do Programa. São despesas Administrativas do Tribunal e parte dos Investimentos.

Quem sabe faz 6 horas, não espera acontecer

Jornada Sisejufe luta por redução de carga horária e isonomia

Roberto Ponciano*

Após a distribuição da Idéias em Revista nº 17, de janeiro de 2008, alguns servidores do Judiciário Federal no Rio de Janeiro ligaram para o Sisejufe questionando sobre o suposto “apoio” do sindicato à Administração do TRT, em função da matéria “TRT regulamenta jornada de 7 horas”. A notícia é sobre a inédita regulamentação da jornada de 7 horas para os servidores que não têm FCs ou CJs (e de 8 horas para os demais).

O sindicato considera que o fato de haver, finalmente, uma regulamentação abre um terreno para lutarmos efetivamente, no plano administrativo, tanto no TRT-RJ quanto no CSJT. Uma consulta da Advocacia Geral da União (AGU) ao Conselho Nacional de Justiça (CNJ) levou à determinação de que cada tribunal fizesse a sua própria regulamentação entre 6 e 8 horas. Se não existe tal regulamentação, a jornada de trabalho fica a critério das chefias, o que aumenta a possibilidade de discrimina-

ções e assédio moral. A regulamentação uniformiza e traz para um plano factível a luta pela jornada de 6 horas para todos os servidores, sem exceção. O Regime Jurídico Único (RJU) traz normas gerais para a jornada, que deve ser entre 6 e 8, mas cada tribunal é que determinará qual será a sua jornada.

Nesta esteira, o TRT reconheceu a diminuição da jornada de 8 para 7 horas, no caso dos servidores sem FCs e CJs. É a primeira vez que o TRT reconhece uma jornada de trabalho menor do que as 40 semanais. Um grande número de servidores que possuem Cargos em Comissão ou Funções Comissionadas se sentiram discriminados por terem de fazer uma jornada maior (oito horas) e, por isso, temos de lutar pela isonomia, extensão desta redução. O objetivo do sindicato é uma jornada de trabalho de 6 horas para todos os servidores, sem exceção. Esta, no entanto, não será apenas uma conquista jurídica, é uma luta política. A regulamentação feita pelo TRT não satisfaz a categoria, nem a direção do sindicato,



apenas esboçou a possibilidade de conquistarmos nosso objetivo final.

Insatisfação entre os servidores do TRT

A regulamentação do TRT não satisfaz os funcionários. A regulamentação da jornada em 7 horas (mais uma de almoço) para os servidores sem FC e de 8 horas (mais uma hora de almoço) para os servidores com FC e CJ, leva a uma permanência entre 8 e 9 horas no Tribunal, o que não aumenta, de forma nenhuma o tempo livre do servidor para ele se aperfeiçoar ou descansar. Na visão de muitos servidores daquele tribunal, a regulamentação não significa avanço sobre o que estava estabelecido, tendo em

A regulamentação feita pelo TRT não satisfaz a categoria, nem a direção do sindicato, apenas esboçou a possibilidade de conquistarmos nosso objetivo final.

vista que muitas varas do TRT já faziam 6 horas e com a regulamentação a situação, para estes servidores, piorou. E também porque na maioria dos casos apenas se colocou “no papel” jornadas de 7 e 8 horas, que já existiam no TRT. Há, ainda, uma injustiça. Os servidores que tem FC e CJ não têm direito a jornada de 7 horas, tendo que trabalhar uma hora a mais. O ato também tem outra falha grave, ao impor que os servidores estejam à disposição do tribu-

nal na sua hora de almoço, marcada como obrigatória.

Isto posto, vale lembrar que a posição do Sisejufe não mudou: lutamos pelas 6 horas sem distinção entre os servidores. E entendemos que o fato de haver a regulamentação coloca na ordem do dia a pressão sobre o TRT-RJ para que implemente a redução da jornada para todos, a exemplo de vários tribunais do país.

*Diretor do Sisejufe.

10º BOTEQUIM DO SISEJUFE
apresenta
Baile pós-carnavalesco

Com
Edu Krieger, voz e violão
Samuel Oliveira, sax
Alexandre Bitencourt, sax
Anderson Vilmar, percussão
Marcelo Mattos, percussão
Roberta Nistra, voz e cavaquinho

Sexta-feira, 22 de fevereiro,
a partir das 19h
Local: Clube dos Empresários
Rua da Candelária, 9/14º andar
Centro – Rio de Janeiro

Assembléia

Pauta:

Redução da Jornada de Trabalho
20 de fevereiro, às 12h
no Fórum da Rua do Lavradio
e às 13h no Fórum da av. Gomes Freire

Assembléia

Pauta:

Redução da Jornada de Trabalho
21 de fevereiro, às 13h no Fórum
da avenida Pres. Antônio Carlos

CUT faz campanha pela redução da jornada

Movimento Sindical Central luta também para que os salários não sofram cortes

O protagonismo da CUT na 4ª Marcha Nacional da Classe Trabalhadora culminou no fortalecimento da pauta da redução da jornada de trabalho sem redução de salários e na retomada desta bandeira histórica defendida pela CUT na unidade com as centrais sindicais, configurando um novo momento de ação, pressão e negociação neste ano de fortes disputas políticas.

A redução da jornada sem redução de salários é um importante instrumento para a criação de empregos, para a distribuição de renda e melhoria das condições de vida do povo brasileiro.

Conforme deliberado pelas centrais sindicais, é prioritário para este momento a campanha de coleta de assinaturas para o abaixo-

assinado de apoio a emenda constitucional 393/01. Precisamos nos mobilizar e fazer a nossa parte! O objetivo cutista é coletar pelo menos 1 milhão de assinaturas. Os formulários do abaixo-assinado estão disponibilizados no portal na CUT e qualquer entidade ou militante podem baixar o arquivo, fazer cópias e somar-se à campanha. Além disso, a CUT Nacional produzirá 20 mil formulários e os enviará às Estaduais da CUT.

O primeiro ato nacional de rua da campanha aconteceu na segunda-feira, 11 de fevereiro, em São Paulo e o Sisejufe esteve representado pelo diretor Roberto Ponciano, servidor da Justiça Federal do Rio de Janeiro. A CUT planeja para o “Dia Internacional da Mulher”, 8 de março, a incorporação

entre suas atividades de um esforço de coleta de assinaturas, além de discutir as implicações da redução da jornada para as mulheres.

Em março, as entidades sindicais cutistas estarão elegendo seus delegados/as para a Plenária Estatutária. Será um momento importante para ampliar o debate sobre a redução da jornada e potencializar a campanha.

No mês de abril, a meta da CUT é a organização de atos conjuntos em todas as regiões e a realização de Plenárias Estaduais, que devem ser o espaço de reflexão e debate da campanha.



Foto: Samuel Tosta

CALENDÁRIO DE LUTAS SISEJUFE E FENAJUFE PARA 2008

Fevereiro 22/2	Seminário sobre assuntos da Justiça Eleitoral – Sisejufe vai participar com o diretor João MacCormick e o servidor Leonardo Mendes.	Brasília	Fenajufe
24/02	Reunião ampliada da Fenajufe – Os dietores do Sisejufe Lucilene Lima e Roberto Ponciano estarão presentes.	Brasília	Fenajufe
05/03	ASSEMBLÉIA GERAL ELEIÇÃO DELEGADOS(AS) PARA A PLENÁRIA FENAJUFE	JF Rio Branco	SISEJUFE
27/3	IV Encontro Nacional de Comunicação da Fenajufe – Participarão os diretores Roberto Ponciano, João MacCormick e o jornalista Henri Figueiredo	Recife (PE)	Fenajufe
28/3 a 30/3	I Encontro Nacional sobre Plano de Carreira e XIV Plenária Nacional da Fenajufe – Participarão os delegados eleitos na Assembléia do dia 5 de março	Recife (PE)	Fenajufe
De março a junho	Continuidade Encontros/Debates sobre o Plano de Carreira	Regiões do RJ	SISEJUFE
De abril a outubro	Encontros regionais sobre Plano de Carreira	Nas Regiões	Fenajufe/sindicatos filiados
De abril a outubro	Encontros estaduais sobre Plano de Carreira, deliberativos e preparatórios- para o II Encontro Nacional sobre Plano de Carreira	Nos Estados	Sindicatos filiados
26 e 27/4	Seminário de Gênero, Raça, Orientação Sexual e Portadores de Necessidades Especiais	Brasília	Fenajufe
Junho	Seminário Saúde do Trabalhador	Brasília	Fenajufe
JULHO	ELEIÇÕES SISEJUFE	RJ	SISEJUFE
Setembro	Seminário sobre Assuntos de Aposentadoria	Brasília	
15/11	II Encontro Nacional sobre Plano de Carreira	Brasília	Fenajufe

Um espaço permanente de exposições fotográficas

Cultura

Débora Fontenelle, servidora da Justiça Federal, expôs no último Sarau Judicial Cool



Débora Fontenelle
dos Santos*

Para qualquer fotógrafo, registrar boas imagens através de sua câmara é uma atividade preciosa, em que há sempre a busca pela combinação ideal de técnica e sensibilidade. Mas, diante de um cenário rico em beleza e diversidade como o que encontrei na Serra Gaúcha e em Santa Catarina, a tarefa torna-se muito mais viável. E apaixonante também.

Em 2004, cheguei à cidade de Gramado em clima de alegria, devido às festividades do Natal-Luz. Lá podia-se, por exemplo, apreciar a vista bucólica do Lago Negro, as casas com jardins, em estilo europeu, ou ainda as ruas repletas de hortênsias. Fui depois a Canela e

Nova Petrópolis. Na primeira cidade, destacava-se o turismo ecológico, expresso em belas paisagens como a da Cascata do Caracol. Na segunda, predominava o cenário urbano, onde vi os traços da colonização germânica vivos na arquitetura, religiosidade, cultura, no povo, enfim. Minha câmara curiosa enternecia-se ante as imagens das ruas bem-cuidadas e floridas, em harmonia com a tranquilidade local.

Em 2006, voltei ao Sul. Fui a Santa Catarina para conhecer a Oktoberfest, uma celebração da tradição alemã em Blumenau e arredores. Visitei também Brusque - onde havia a Festa Nacional do Marreco - e o bellissimo Balneário Camboriú. Este último apresentava altos prédios e uma notável orla ma-

rítima. Minha câmara antiga, mesmo sem os recursos da tecnologia digital, tentava captar de dentro de um teleférico, cada vista singular e cada momento poético.

O resultado de parte dessa aventura fotográfica pôde ser conferido na exposição que apresentei no 2º Sarau Judicial Cool. Foi uma experiência marcante; com elogios e sugestões que me estimularam tanto a querer ousar no campo das fotos, como também a elaborar um texto para este jornal. Pois, o importante é o servidor poder expressar-se, seja no plano político ou cultural. E no caso do sarau, além de música e poesia, que tenha sempre também muita, muita fotografia!

*Servidora da 28ª VF-RJ

Venha aprender Inglês no Sisejufe



Aulas dinâmicas com ênfase em conversação
Primeiro módulo: Básico para iniciantes

Mensalidade reduzidas

Sindicalizados
e dependentes diretos R\$ 30,00
Não sindicalizados R\$ 100,00
Convidados: R\$ 50,00

Professora Silvana Amorim
• formada pelo Instituto Cultural
Brasileiro Norte-americano
• graduada em Letras Português-Inglês

Mais informações: www.sisejuferj.org.br
ou pelo telefone 2215-2443 com Roberto ou Rejane

Início
25 de fevereiro
Segundas e quartas-feiras
de 9h30min às 11 horas

Local: Sisejufe - Av. Presidente Vargas, 509/11º andar - Centro-RJ